

ESTRATÉGIAS

Universidade pública

A Reitoria da Universidade de São Paulo lançou no dia 16 de fevereiro, em cerimônia presidida pelo reitor Jacques Marcovitch, o documento “A Presença da Universidade Pública”, uma síntese do relatório preparado pela Comissão de Defesa da Universidade Pública, do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. De acordo com o documento, é a universidade pública a responsável pela quase totalidade da pesquisa científica e tecnológica realizada no país e pelos melhores cursos de graduação e pós-graduação ministrados, o que indica, em tese, que forma os melhores profissionais brasileiros. Apesar disso, ela tem sido alvo freqüente, nos últimos anos, de uma série de críticas, que vão do alto custo que apresenta por aluno ao volume de verbas que absorve, o que desagua na defesa da eliminação da gratuidade do ensino superior. O documento apresenta dados que refutam algumas das críticas. Mostra, por exemplo, que o número de estudantes matriculados em universidades públicas é de apenas 34%, no Brasil, contra 72,4% nos Estados Unidos, 92,08% na França e 99,9% no Reino Unido. Ou seja, nos países desenvolvidos é o governo o grande responsável pelo ensino superior. Quanto ao custo por aluno no Brasil, o texto assinala

Gasto por aluno em instituições públicas de ensino superior em países da OCDE		
Países	Despesa por aluno em US\$ no Ensino Superior Público	
América do Norte	Canadá	12.350
	Estados Unidos	11.880
Países do Pacífico	Austrália	6.550
	Japão	11.850
	Nova Zelândia	6.080
Comunidade Européia	Alemanha (ex FRA)	6.550
	Bélgica	6.850
	Dinamarca	6.710
	Espanha	3.770
	França	6.020
	Holanda	8.720
	Irlanda	7.270
	Itália	5.850
	Reino Unido (Público e dependente de recursos públicos)	10.370
Outros Países	Áustria	5.820
	Finlândia	8.650
	Noruega	8.720
	Suécia	7.120
	Suíça	12.900

Fonte: A Presença da Universidade Pública – USP

que ele é muito inferior às cifras normalmente citadas, de US\$ 17 mil por aluno nas universidades federais e US\$ 20 mil nas estaduais. Para chegar a esses valores, segundo o documento, os críticos costumam dividir o total dos orçamentos das universidades públicas (incluindo os gastos com os hospitais universitários e todas as despesas com inativos) pelo número de alunos. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) não considera aqueles gastos nos seus cálculos para medir o custo por aluno nas universidades públicas dos países desenvolvidos.

Adotando-se esse critério, o custo por estudante nas universidades públicas brasileiras é de US\$ 6,5 mil, semelhante ao da Alemanha e da Austrália, e inferior ao dos Estados Unidos e Japão (respectivamente US\$ 11,88 mil e US\$ 11,80 mil). A íntegra do documento “A Presença da Universidade Pública” está disponível no site do IEA: www.usp.br/iea.

Cientistas premiados

O professor e pesquisador Esper Abrão Cavalheiro, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e atual secretário de Política Científica do Ministério



Sérgio Henrique Ferreira



Esper Abrão Cavalheiro

de Ciência e Tecnologia, recebeu o Prêmio para Ciências Médicas Básicas de 1999 concedido pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, pelas suas pesquisas sobre epilepsia, na disciplina de Neurologia Experimental. Já o pesquisador Sérgio Henrique Ferreira, do Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto, recebeu o Prêmio México de Ciência e Tecnologia, concedido anualmente pelo governo mexicano. Ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre as muitas pesquisas desenvolvidas por Sérgio Ferreira estão os estudos com substâncias

do veneno da serpente jararaca, que abriram caminho para sua descoberta da molécula do BPF, fator de potenciação de bradicinina, base do captopril, medicamento anti-hipertensivo, usado no mundo inteiro para as mais diversas doenças cardiovasculares.

Convênio de cooperação

O Conselho Superior da FAPESP, em reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro, referendou a aprovação

do Convênio de Cooperação Técnica celebrado, em novembro passado, entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas – FAPEAL e a FAPESP. O Convênio tem como objetivo a cooperação no desenvolvimento de ações visando a montagem, em Alagoas, de uma infraestrutura de laboratórios de seqüenciamento genético e de bio-informática e a capacitação de recursos humanos, para que pesquisadores daquele Estado participem da rede Onsa e do Projeto Genoma Cana-de-Açúcar.

Novos números

Alguns números de fax da FAPESP foram mudados. Eis os novos números: Geral da FAPESP: (0xx11) 3645-2421; Importação: (0xx11) 3645-2382; Finanças: (0xx11) 3645-2416; Diretoria administrativa: (0xx11) 3645-2385; Diretoria científica: (0xx11) 3645-2383; e Presidência: (0xx11) 3645-2386.

Revistas eletrônicas

O SciELO – Scientific Library Online

(scielo@brm.bireme.br), realização da FAPESP, acaba de incluir mais três revistas científicas brasileiras à relação de periódicos que já são integralmente publicados na Internet. As publicações são: *Materials Research (Revista Brasileira de Materiais)*, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); *Química Nova*, da Sociedade Brasileira de Química; e a *Revista Brasileira de Geofísica*, publicação da Sociedade Brasileira de Geofísica.

Manifesto a favor do livre acesso ao genoma

Pesquisadores norte-americanos e britânicos manifestaram-se a favor do livre acesso às informações básicas descobertas sobre o genoma humano, por meio de um comunicado publicado na *Nature* de 23 de março. O documento – assinado por Bruce Alberts, presidente da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, e por Aaron Klug, presidente da Real Sociedade de Londres – chega uma semana após o pronunciamento público do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e do primeiro ministro do Reino Unido, Tony Blair, que no dia 14 se mostraram favoráveis à divulgação do código genético. Clinton, Blair e os cientistas argumentam que as seqüências genéticas devem estar disponíveis a todos os pesquisadores



LAURABENTRIZ

“sem custos ou outro impedimento”, segundo o documento publicado na *Nature*, por terem sido financiadas com recursos públicos. A descoberta de seqüências de DNA que levem à identificação das função dos genes “não deve ser premiado com amplas patentes para futuras terapias ou diagnósticos, quando as verdadeiras aplicações ainda são apenas especulação”, registra o comunicado dos cientistas. “A intenção de algumas universidades e de interesses comerciais de patentear seqüências de DNA,

reivindicando direitos sobre um grande número de genes humanos sem necessariamente ter a compreensão de suas funções, soa contrária à essência da lei de patentes”, acrescenta. Segundo as declarações tanto de Clinton e de Blair quanto a dos cientistas, teriam direito a patentes somente as inovações criadas a partir dessas seqüências – uma posição contrária à do geneticista Craig Venter, da empresa privada Celera, que tem solicitado a patente de milhares de trechos de DNA.

Contra o uso indevido da informação genética

Qualquer agência federal dos Estados Unidos está proibida de usar informação genética como base para contratação, promoção ou dispensa de pessoal. O presidente Bill Clinton assinou decreto nesse sentido no começo de fevereiro. Ele também endossou o *Genetic Nondiscrimination in Health Insurance and Employment Act*, proposto no ano passado pelo senador democrata Thomas Daschle e pela deputada, também democrata, Louise Slaughter, que deve estender tal proteção aos empregados do setor privado e a quem adquire planos de saúde. Como se vê, os Estados Unidos estão se adiantando de várias formas aos riscos de mau uso das informações que as pesquisas científicas do genoma humano já começaram a gerar.